

**A. I. Nº** - 436372.0026/17-1  
**AUTUADO** - TL DE SIQUEIRA - ME  
**AUTUANTE** - NARCISO FERREIRA DA SILVA  
**INFAZ** - INFAZ IRECÊ  
**PUBLICAÇÃO** - INTERNET – 04.12.2018

#### **4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

##### **ACÓRDÃO JJF Nº 0181-04/18**

**EMENTA:** ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO. FALTA DE RECOLHIMENTO. De acordo com o artigo 12-A da Lei nº 7.014/96, independente do regime de apuração, o contribuinte tem o dever jurídico de efetuar a antecipação parcial nas aquisições interestaduais de mercadorias para comercialização, no valor correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual.. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

#### **RELATÓRIO**

O Auto de Infração em epígrafe, lavrado em 29/06/2017, exige ICMS no valor de R\$330.633,53, acrescido da multa de 60%, por não ter recolhido o ICMS por antecipação parcial, na condição de empresa optante do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado, nos meses de janeiro de 2012 a dezembro de 2016. (infração 07.21.03).

O autuado apresenta impugnação, fls. 1.270 a 1272 e após transcrever o teor da infração, artigo 145 da Constituição Federal, artigo 1º e parágrafo único do art. 2º da Lei 9.784/99, solicita a revisão do lançamento em razão do auditor fiscal não ter levado em consideração as MVAs corretas para os diversos tipos de mercadorias, tornando o auto impagável.

Requer o reconhecimento da nulidade parcial, bem como a cobrança de valor justo e realmente devido pela empresa.

Na informação fiscal o autuante interpretando o disposto no art.145 da Constituição Federal diz que o autuado argumenta que a empresa do Simples Nacional possui tratamento diferenciado e sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado a Administração tributária conferir efetivamente esses objetivos.

Após passa a fazer os seus esclarecimentos dizendo que o tratamento diferenciado está fundamentado na Lei Complementar 123/2006, também conhecida como Lei do Simples Nacional que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte que trata da simplificação, redução e obrigações para essas empresas que possuem tratamento jurídico diferenciado, o qual se encontra no disposto do Art. 170-IX e Art. 179 da Constituição Federal; dentre eles o regime unificado de apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, DFe Municípios.

Explica que a infração do presente Auto foi embasada no enquadramento legal do Art. 352-A;artigo 125, inciso II e parágrafos 79 e 8º combinado com o artigo 61, inciso IX e artigo 386, inciso I do RICMS-BA, aprovado pelo Decreto nº 6.284/97 e art. 12-A da Lei 7.014/96, art. 321, inciso VII, alínea V do RICMS, publicado pelo Decreto 13.780/2012.

Informa que após verificar que não houve recolhimento dos impostos nos períodos auditados lavrou o presente Auto de Infração por falta de pagamento da Antecipação Parcial.

Finaliza opinando pela Procedência do Auto de Infração.

## VOTO

Depois de examinar todos os elementos que integram o presente Auto de Infração, observo que a acusação em discussão está posta de maneira clara e devidamente demonstrada de forma analítica, cujas planilhas elaboradas foram entregues ao autuado, mediante recibo, lhe possibilitando os mais amplos meios de defesa. A descrição dos fatos foi efetuada de maneira compreensível, foram indicados os dispositivos infringidos da multa aplicada relativamente à irregularidade apurada, não foi constatada violação ao devido processo legal e à ampla defesa, não estando presentes no processo qualquer dos motivos de nulidades elencados nos incisos I a IV, do art. 18 do RPAF/99.

No mérito, a exigência diz respeito à obrigação de pagamento do ICMS por antecipação parcial, nas aquisições interestaduais de mercadorias para fins de comercialização.

O contribuinte, na fase de defesa, não nega o cometimento da infração. Alegou que não foram consideradas as MVAs corretas para os diversos tipos de mercadorias, resultando na apuração de valores exorbitantes, incompatível com a sua condição de optante do Regime Simplificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições Devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Inicialmente, verifico que a acusação diz respeito à falta de antecipação parcial, correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual, sem nenhuma agregação de Margem de Valor Agregado - MVA, conforme se verifica nos demonstrativos que dão sustentação ao lançamento, fls. 07 a 174, sendo, portanto, impertinente a alegação defensiva de que foram aplicadas MVAs incorretas.

Dito isto constato que o Simples Nacional foi instituído pela Lei Complementar 123/2006, que estabelece um tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias.

O Art. 13 da referida Lei, determina que através de um único recolhimento mensal, o contribuinte efetue o pagamento de diversos impostos e contribuições:

*I - Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ;*

*II - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, observado o disposto no inciso XII do § 1º deste artigo;*

*III - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL;*

*IV - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, observado o disposto no inciso XII do § 1º deste artigo;*

*V - Contribuição para o PIS/PASEP, observado o disposto no inciso XII do § 1º deste artigo;*

*VI - Contribuição Patronal Previdenciária - CPP para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que trata o art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, exceto no caso da microempresa e da empresa de pequeno porte que se dedique às atividades de prestação de serviços referidas no § 5º-C do art. 18 desta Lei Complementar;*

*VII - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS;*

*VIII - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.*

Por outro lado o, inciso XIII, do §1º do artigo anteriormente citado, dimensiona, especificamente, as operações alcançadas pelo ICMS que estão excluídas do cálculo do Simples Nacional:

*§ 1º O recolhimento na forma deste artigo não exclui a incidência dos seguintes impostos ou contribuições, devidos na qualidade de contribuinte ou responsável, em relação aos quais será observada a legislação aplicável às demais pessoas jurídicas:*

(...)

**XIII - ICMS devido:**

- a) nas operações ou prestações sujeitas ao regime de substituição tributária (.....);*
- b) por terceiro, a que o contribuinte se ache obrigado, por força da legislação estadual ou distrital vigente;*
- c) na entrada, no território do Estado ou do Distrito Federal, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, bem como energia elétrica, quando não destinados à comercialização ou industrialização;*
- d) por ocasião do desembarço aduaneiro;*
- e) na aquisição ou manutenção em estoque de mercadoria desacobertada de documento fiscal;*
- f) na operação ou prestação desacobertada de documento fiscal;*
- g) nas operações com bens ou mercadorias sujeitas ao regime de antecipação do recolhimento do imposto, nas aquisições em outros Estados e Distrito Federal:*
  - 1. com encerramento da tributação, observado o disposto no inciso IV do § 4º do art. 18 desta Lei Complementar;*
  - 2. sem encerramento da tributação, hipótese em que será cobrada a diferença entre a alíquota interna e a interestadual, sendo vedada a agregação de qualquer valor;*
- h) nas aquisições em outros Estados e no Distrito Federal de bens ou mercadorias, não sujeitas ao regime de antecipação do recolhimento do imposto, relativo à diferença entre a alíquota interna e a interestadual;*

Já o art. 12-A da lei 7014/96, assim determina:

*“Art. 12-A. Nas aquisições interestaduais de mercadorias para fins de comercialização, será exigida antecipação parcial do imposto, a ser efetuada pelo próprio adquirente, independentemente do regime de apuração adotado, mediante a aplicação da alíquota interna sobre a base de cálculo prevista no inciso III do art. 23, deduzido o valor do imposto destacado no documento fiscal de aquisição. “*

Da leitura dos mencionados dispositivos legais, constato que o contribuinte tem o dever jurídico de efetuar a antecipação parcial, independente do regime de apuração do imposto, nas aquisições interestaduais de mercadorias para comercialização, no valor correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual.

Assim, como não foram apresentadas quaisquer provas capazes de desconstituir os lançamentos atinentes à infração, acolho os demonstrativos de apuração e débito elaborados pelo autuante, às folhas 07 a 174 do PAF, e concluo pela subsistência do Auto de Infração.

Face ao exposto, voto pela Procedência do Auto de Infração ..

**RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº436372.0026/17-1, contra- **TL DE SIQUEIRA - ME**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$330.633,53**, acrescido da multa de 60%, prevista pelo Art. 42, inciso II, "d" da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 09 de outubro de 2018

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA - PRESIDENTE

MARIA AUXILIADORA GOMES RUIZ – RELATORA

VALTÉRCIO SERPA JÚNIOR - JULGADOR